

ACTA N.º 8

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 21 de Novembro de 2006.

Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Inês da Nóbrega Pimenta D'Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carlos Alberto das Neves Cotrim e José João Marques Pais.

A Presidente da mesa deu início à sessão que teve como ponto único, a Segurança no Concelho e como sub-ponto a Apreciação e Votação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança.

Intervenção do membro João de Brito, que explicou que em conversa informal com membros da bancada da CDU sobre a segurança no nosso Concelho, chegaram à conclusão que seria bom convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater este tema.

Referiu ainda que dada a insegurança que se vive, deveria ser convocada uma reunião do Conselho Municipal de Segurança.

O membro João de Brito, em nome da bancada do PSD apresentou uma Moção.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, explicou que esta sessão da Assembleia Municipal deveria visar o problema da falta de segurança. Todos estes lamentáveis acontecimentos merecem a condenação generalizada de todas as pessoas. Devemos encontrar e punir os responsáveis por tais actos, mas também encontrar medidas para prevenir e evitar estas situações. Referiu que estas preocupações deveriam ser maiores por parte dos de quem tem maiores responsabilidades em virtude dos cargos que ocupam. Disse que

não podem compreender, nem aceitar que se faça colagem descarada destes actos de vandalismo às outras forças políticas. Referiu-se ainda ao comunicado do secretariado distrital do PS, sobre este assunto.

Reafirmou que a bancada da CDU sempre repudiou quaisquer actos de vandalismo, defende os objectivos pelos quais se norteia de forma clara, empenhada e democrática. Acha que está na hora de parar com este clima de insinuações e de colagem oportunista que se tem tentado fazer às forças políticas da oposição.

O membro José Miguel Carvalho apresentou uma proposta em nome da bancada da CDU e do PSD.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo, em defesa da honra. Disse que parece-lhe que a demagogia anda à solta, fazem-se afirmações descontextualizadas. Referiu que a pergunta do repórter foi: O Senhor acredita que isto tem a ver com a política? E que respondeu tal como o líder de bancada da CDU mencionou, que não podia acreditar que esta situação tivesse a ver com a política, logo não acusou ninguém. Não fizeram colagem nenhuma, se essa colagem foi feita foi pela imprensa, ao que responderam sempre que não acreditavam que estes actos de vandalismo estivessem ligados à política. Disse que esperava que nesta sessão da Assembleia as bancadas da oposição viessem mostrar solidariedade para com o executivo.

Intervenção do membro Fernando Ramalho, dizendo que estava perplexo com a intervenção do líder de bancada da CDU, pois não viu em nenhum dos exemplos que citou acusações directas à CDU. Pareceu-lhe que estavam a querer transformar as principais vítimas em ofensores. Todos os Alpiarçenses merecem respeito, mas não podem merecer respeito nem compreensão as pessoas que ameaçam de morte o Presidente da Câmara, que destroem bens de Autarcas e do Concelho que são de todos.

O membro Fernando Ramalho apresentou uma moção, em nome da bancada do Partido Socialista.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro, que colocou algumas questões ao Executivo Municipal, tendo em conta que os actos de furto e vandalismo tem aumentado no nosso Concelho.

1ª Se foram tomadas medidas de forma a reforçar a segurança de bens e pessoas e que medidas foram essas?

2ª Se foram tomadas algumas medidas que conduzam ao reforço de segurança em todo o Concelho de Alpiarça de forma a evitar o sentimento de insegurança generalizada e que medidas foram essas?

3ª Que medidas tomou o Executivo Municipal que conduzam ao apuramento de responsabilidades nos actos de vandalismo em património do Município?

4ª Qual o ponto da situação no que diz respeito ao desaparecimento do cofre?

Intervenção da membro Inês Aguiar, referiu-se a declarações prestadas pela Senhora Presidente da mesa ao Jornal de Noticias, publicadas no dia 21 de Outubro de 2006, em que disse que as alterações que foram feitas ao regimento, nomeadamente no que diz respeito ao período de intervenção do público, teve como finalidade calar atitudes abusivas da CDU.

Intervenção do membro José Miguel referindo que os actos de vandalismo que tem acontecido merecem o repúdio de todos e que obviamente estão solidários com o executivo e querem o apuramento da verdade. Disse ainda que a resposta do membro Paulo Espirito pode estar correcta, e que pode até concordar com a sua indignação por se sentir colado a esta onda de calúnia, pois a sua afirmação foi clara. Mas houve outras afirmações que tentaram colar estes actos de vandalismo à CDU e é isto que achamos inadmissível. Houve ataques directos dizendo que a CDU não aceita o Estado Democrático, colando esta força política a esta onda de vandalismo, houve pois uma onda de calúnia.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo dizendo que não viu em lado nenhum, declarações de ninguém que citasse a oposição. Reafirmou que não foi feito aproveitamento político.

Intervenção do membro Pedro Gaspar que disse ser importante para registo futuro que esta acta fique clara.

Referiu que ninguém sabe quem praticou os actos de vandalismo, nem ninguém se atreve a fazer qualquer conjuntura sobre isso, mas aconteceram, no entanto não ouviu nem viu ninguém referenciar qualquer força partidária. O Partido Socialista não acusou ninguém, nem ligou estes actos de vandalismo a nenhuma força política. A bancada do PS continua a não acreditar que estas situações tenham ligação política.

Intervenção do membro Fernando Ramalho , referindo que o PS foi acusado, directamente pelo membro José Miguel Carvalho, de ter ligado a CDU a estes actos. No entanto disse não ter encontrado base para acusação formulada, pediu para que o membro José Miguel Carvalho repetisse e concretizasse quando e quem acusou a CDU.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho respondendo ao membro Fernando Ramalho. Referiu que os membros da bancada do PS têm andado distraídos, só assim se justifica que não se tenham apercebido da colagem à CDU.

O membro João de Brito interveio dizendo que a bancada do PSD repudiou e condenou desde o início estes actos de vandalismo. Não gostou de ouvir a bancada do PS dizer que ninguém tinha repudiado o que tem acontecido em Alpiarça. Pois a bancada do PSD está disposta a colaborar com o Executivo Camarário e com todas as forças políticas, pois acima de tudo estão os Alpiarcenses e Alpiarça.

Intervenção da membro Inês Aguiar referindo-se às declarações, na comunicação social, da Vereadora Vanda Nunes e do membro Paulo Espírito Santo, que dizem sempre não acreditarem que estes actos tenham ligações políticas, no entanto o comunicado da comissão distrital do PS diz que estes actos são de terrorismo urbano com claros objectivos de intimidação política.

Disse ainda estar cansada de ver os eleitos do Partido Socialista darem lições de Democracia. Pois desde que o PS está no poder têm assistido, por exemplo a actas que não são aprovadas com as correcções propostas pelos membros, que querem ver retractado aquilo que realmente disseram e, a outras actas em que as alterações são aceites e são votadas com essas alterações e depois aparecem publicadas sem ser alteradas, como aconteceu no mandato anterior.

Referiu-se também à Assembleia Municipal do Futuro, no 25 de Abril, em que foi proposto que as bancadas não discursassem, a CDU insurgiu-se e não prescindiu do discurso. Não lhe parece que a bancada do PS esteja em condições de dar lições de Democracia, até porque mais uma vez, na passada sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara leu, durante mais de 25 minutos, uma carta que nada tinha a ver com questões colocadas no período antes da ordem do dia.

Intervenção da Presidente da mesa que pediu à membro Inês Aguiar que especificasse qual a acta do mandato anterior, que não foi publicada tal qual como foi aprovada.

Chamou também a atenção para o ponto único da ordem de trabalhos da Assembleia, a segurança no Concelho. Dizendo que não permitirá que até ao final da sessão se fale noutras questões que não tenham a ver com este assunto.

Aproveitou também para responder à membro Inês Aguiar sobre a notícia que saiu no Jornal de Notícias, dizendo que não leu a notícia, mas que a senhora (jornalista) estava muito bem informada, referiu-se logo no início da entrevista à sessão da Assembleia de 22 de Junho de 2006, mais concretamente à chamada da GNR. Em relação às alterações ao regimento respondeu que foram introduzidas porque sistematicamente eram trazidas questões sobre as quais os membros da Assembleia já não podiam intervir. Foi então explicado à Senhora Jornalista que a intenção de alterar o regimento vai no sentido de que as pessoas quando entenderem que os assuntos devem ser colocados na ordem do dia, os façam chegar à mesa da Assembleia, afirmou que nunca se referiu à CDU.

Interveio a membro Anabela Costa que pediu que fosse elevado o nível na sessão, pois não é a gritar que se faz passar a mensagem.

Colocou ainda a questão: Se consideram que houve realmente actos de terrorismo no nosso Concelho? Pois no ponto de vista da CDU o que houve foi o aumento da delinquência comum e assaltos, mas não lhes parece que seja terrorismo.

Intervenção do membro Carlos Cotrim dizendo que nesta sessão devíamos chegar a um consenso sobre este assunto, deveríamos passar uma imagem de bem.

O membro João Osório interveio dizendo que a CDU fez um comunicado em Outubro em que referia que a situação era preocupante e que estes crimes tem que ser investigados. Referiu que o Vereador Mário Pereira, em tempo oportuno, numa reunião de Câmara solidarizou-se com o executivo.

Falou ainda do facto da senhora Vereadora continuar a deixar o carro da Autarquia parado junto à sua casa, depois de ter sido vandalizado.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo repetindo que só podemos ser responsabilizados por aquilo que dizemos e nada mais. Acredita que se deixarmos as forças policiais trabalharem mais tarde ou mais cedo se descobrirá quem praticou tais actos, pois vivemos num estado de direito.

Referindo-se à intervenção do membro Carlos Cotrim disse que foi de facto a melhor intervenção até ao momento.

A Presidente da Mesa leu a nota de imprensa que a mesa da Assembleia fez sair. Explicou que a palavra terrorismo significa terror, e o que está instalado neste momento é de facto um clima de terror.

A Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelo membro Celestino Brasileiro.

1ª O Município tomou as medidas possíveis e que entendeu por convenientes.

2ª Quanto às medidas para reforçar a segurança de pessoas e bens é da competência das entidades responsáveis por essa matéria.

3ª Disse que o executivo respeita intransigentemente as entidades que num estado de direito tem responsabilidades nesta matéria.

4ª Quanto ao desaparecimento do cofre da Câmara, disse que o executivo continua a aguardar qualquer informação.

Referiu ainda que foram apresentadas moções e propostas solicitando ao executivo que interceda junto das entidades competentes, e explicou que o Presidente da Câmara comunicou a quem de direito o que se estava passar, agora compete às entidades responsáveis proceder à investigação. Respondeu assim à questão colocada pelo Senhor João de Brito.

Em relação ao comentário: Que o Presidente da Câmara ganhe coragem para exigir ao Ministério da Administração Interna verbas para a GNR. Não respondeu pois esta matéria nada tem a ver com o tema da Assembleia Municipal.

Relativamente às questões colocadas pelo membro José Miguel Carvalho, que refere que se caluniaram as vozes discordantes do Concelho, que se criou um clima de pseudo-alarmismo e que se fez colagem às forças políticas da oposição, disse que nestes casos deve-se concretizar. Em relação

ao pedido de audiência ao MAI disse que a Assembleia é soberana, portanto podem decidir o que entenderem.

Adiantou ainda que o executivo tem dito que não queria criar situações de alarmismo injustificado, limitando-se a relatar factos, como tal leu um documento. Disse que esperava que no mínimo existisse uma tomada de posição unânime que espelhasse essencialmente o sentimento da solidariedade. No entanto pareceu-lhe que a preocupação é a tentativa de acusar alguém que relatou factos e que outros se sentiram mal.

Intervenção do membro João de Brito respondendo ao Senhor Presidente da Câmara. Referiu que se o Senhor Presidente não percebe o ponto nº 4 da moção do PSD é porque não quer compreender, pois há em Alpiarça um terreno destinado à construção do quartel da GNR. Os membros da bancada do PSD pensam que se a GNR estivesse dotada de melhores instalações e meios poderia actuar com mais eficiência.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho dizendo que é urgente que a sucessão destes actos de vandalismo sejam esclarecidos e concluídos, referiu que é necessário ter cuidado com a maneira como se fala.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro João de Brito que lamentava não se ter feito entender.

O Membro João de Brito disse que esta era a democracia exercida por algumas pessoas e, que depois admiram-se que estas situações tenham vindo a acontecer.

Depois desta afirmação do membro João de Brito, o Presidente da Câmara ausentou-se da sala, por considerar que se tratava de uma afirmação grave. Tanto o Vereador Ferreirinha como a Vereadora Vanda Nunes abandonaram a sala.

A Presidente da mesa suspendeu a sessão para um intervalo de 5 minutos.

A Presidente da mesa reiniciou a sessão. Começou por ler a Moção nº1.

Intervenção do Paulo Espírito Santo, dizendo que esta moção tem uma primeira fase que condena os factos, mas depois segue por um caminho que a bancada do PS não concorda, uma vez que acreditam nas forças de segurança e ao concordarem com esta moção estariam a desconfiar das forças de segurança. Disse ainda que também não concordam com o ponto nº 4, logo

não poderão votar favoravelmente esta moção. Referiu que embora não concordem com a moção, acreditam que tanto a bancada do PSD como a da CDU condenam estes factos, de modo que convidou as outras bancadas a aceitarem a moção do PS, como a moção de todos os Eleitos Municipais. Pois para bem do nosso concelho deveria sair desta sessão uma posição unânime.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, referindo que todas as moções e propostas deveriam ser postas à votação, não lhe parecendo viável uma moção conjunta.

A presidente da mesa explicou que as propostas não são votadas e como tal a proposta da CDU, passou a moção.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que não é possível um consenso sobre as três moções. Disse no entanto que a bancada do PSD irá votar favoravelmente as três moções, pois a preocupação de todas elas é o bem estar do nosso concelho.

O membro João de Brito referiu-se ainda ao comentário que fez antes do intervalo, dizendo que só se referiu ao conceito de democracia, pois não entende a democracia da mesma forma que o senhor Presidente da Câmara a entende, uma vez que não respondeu às questões por ele colocadas.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo propondo que as três moções fossem votadas em alternância, uma vez que dizem respeito ao mesmo assunto.

A Presidente da mesa leu a moção nº2 e nº3

O membro José Miguel Carvalho interveio dizendo que as três moções devem ser votadas independentemente umas das outras.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, realçando que a moção nº 2 também exige que o Município exerça pressão sobre o Ministério da Administração Interna para que esta situação se resolva. Referiu que só a moção apresentada pela bancada do PS é que não faz política partidária e não duvida do estado de direito.

A membro Inês Aguiar interveio para pedir à Presidente da mesa que lesse novamente a moção apresentada pela bancada do PS.

A Senhora Presidente da mesa leu de novo a moção referida.

A membro Inês Aguiar referiu que há uma frase, ... destruir a imagem de modernidade criada nos últimos anos. A membro disse que nos últimos anos

quem tem estado no poder é o Partido Socialista, logo esta frase tem conotação partidária.

Referiu-se ao facto do membro Paulo Espirito Santo dizer que não se deve impor ao Presidente da Câmara o que deve ou não fazer, pois as diligências estão tomadas, no entanto pensa que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu às questões colocadas pelo membro Celestino Brasileiro da melhor forma.

Explicou que a moção da bancada da CDU e do PSD não se referia à investigação, o que pretendem é o reforço de meios materiais e humanos para evitar estas situações, que já acontecem há muito tempo, mas só agora quando foram afectados bens dos eleitos e do Município é que se insurgiram.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho que voltou a insistir que as moções não devem ser votadas em alternância.

A membro Anabela Costa interveio para dizer que a moção do PS é muito vaga, não dizendo nada de concreto, ao contrário da moção conjunta da CDU e do PSD que frisa bens os pontos que querem ver resolvidos.

Quanto às respostas do Senhor Presidente da Câmara ao membro Celestino Brasileiro disse que tal com vem sendo hábito, já há algumas sessões, nada respondeu, ficaram sem saber quais as diligências que foram tomadas.

Intervenção do membro Fernando Ramalho, para esclarecer alguns pontos da moção do PS. Começou por dizer que uma série de actos ocorridos em Alpiarça tiveram conteúdo político, uma vez que na sede do Município foram inscritas cruces suásticas e fizeram referência a um problema que tinha sido discutido numa sessão da Assembleia Municipal, este é um ponto concreto da política local, logo é evidente que os perpetradores desses actos têm intenções políticas, não são actos de mera delinquência. Referiu que quando se ameaça de morte o Presidente da Câmara, quando se destroem bens de Autarcas é evidente que se pretende intimidar Autarcas do Concelho, visam impor um clima de terror e de medo em todos os Alpiarcenses. Quando a moção refere que se está a por em causa a modernidade de Alpiarça, quer dizer que a imagem de Alpiarça de há uns anos a esta parte tem vindo a melhorar, logo estes actos de vandalismo põem a boa imagem de Alpiarça em causa.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo dizendo que em relação a uma questão colocada pelo membro Celestino Brasileiro o Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Executivo tomou todas as medidas que achou convenientes, não disse de facto quando e com quem falou, pois estes assuntos são para ser conduzidos por quem de direito. Ainda sobre a votação alternada ou não das moções, disse ser uma questão aritmética válida para as três moções. Explicou que a bancada do PS não condena nenhuma das moções, pretendia sim que saísse da sessão uma moção unânime.

O membro José Miguel Carvalho interveio dizendo que a Presidente da mesa o chamou para o informar que as pessoas do público não podem vir falar com os membros da sua bancada, ao que respondeu não concordar, pois as pessoas podem falar desde que não perturbem a sessão.

A Presidente da mesa reafirmou que o público não pode falar com os membros das bancadas.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que poderiam retirar o ponto nº 4 da moção por eles apresentada, para que não digam que estão a politizar a moção, ficariam então só os três primeiros pontos. Uma vez que o Senhor Presidente já informou a Assembleia que tinha tomado as diligências necessárias junto das autoridades, assim poderiam retirar o ponto nº 4.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro referenciando a alínea o) do artº 2 do regimento da Assembleia. Pensa que o assunto é grave e de interesse Municipal, logo não entende porque é que devemos ficar só pela condenação dos actos, pois uma vez que temos direito, deveríamos exigir junto do poder central uma atenção especial para estes factos e um rápido restabelecimento da ordem.

Intervenção da membro Inês Aguiar explicando que terrorismo não é só terror por si só, é terror com objectivos específicos e com fins políticos. Diz não entender porque é que se associam estes actos à política e disse que em relação ao carro do eleito Paulo Espírito Santo, uma vez que passado algum tempo decorreu o Campeonato Nacional de Ténis para Deficientes, poderá ter sido um dos concorrentes para destabilizar.

Ainda, em relação à moção do PS, propõe que a bancada do PS altere a frase que fala em modernidade construída nos últimos anos para modernidade construída desde o 25 de Abril.

Intervenção do membro João Osório que perguntou à Presidente da mesa se o Senhor Presidente da Câmara tinha abandonado a sala, pois considera que é uma falta de respeito.

A Senhora Presidente da mesa voltou a interromper a sessão para confirmar se o Presidente da Câmara iria voltar ou não, para que pudessem continuar os trabalhos.

A Presidente reiniciou a sessão. Começou por dar a palavra ao membro João Osório que estava no uso da palavra antes da interrupção.

O membro João Osório explicou que apresentaram esta moção, pois pensam que era obrigação do Presidente da Câmara dar conhecimento aos eleitos de quais as diligências que tinha tomado. Referiu que os eleitos devem exigir uma tomada de posição, junto do Ministério da Administração Interna, junto do Governador Civil, junto do Comando Distrital da GNR ou junto de quem quer que seja para que sejam criadas condições, reforços materiais e humanos para que a nossa segurança seja garantida. Lamentou ainda que a senhora Vereadora Vanda Nunes não lhe tenha respondido à questão, do carro da Autarquia continuar parado à sua porta, mesmo depois de ter sido vandalizado.

Quanto à construção do novo quartel da GNR em Alpiarça, lembrou que o Senhor Presidente foi à televisão, no ano 2000, dizer que queríamos um quartel novo da GNR e que se o mesmo não fosse construído, a GNR seria despejada do edifício que ocupam. Reafirmou também que querem uma reunião com o Ministério da Administração Interna com as forças políticas representadas na Assembleia.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho que voltou a propor que se passe, de imediato, à votação das três moções. Disse ainda que ele próprio irá votar favoravelmente as três moções.

O membro Paulo Espírito Santo interveio em defesa dos colegas praticantes de ténis, que disputaram com ele o campeonato de ténis em cadeira de rodas. Reafirmou que estes actos indiciam questões políticas.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que já não pretendem anular o ponto nº 4 da moção do PSD, no entanto irão votar favoravelmente as outras duas moções.

Intervenção do membro Pedro Gaspar para apelar que se passe de imediato à votação das moções.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu em defesa da honra. Referiu que falou com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para lhe dizer que se o tema – Segurança no Concelho – voltasse a ser considerado, então regressaria. Disse que certamente todos entraram na sessão preocupados com a falta de segurança, sobre esta matéria referiu-se à última intervenção do membro João Osório, que disse que sobre a segurança e para a mesma ter solução deveria o Presidente da Câmara ter reunido com os líderes das bancadas para os informar do que fez. O Presidente da Câmara explicou que todos os factos que aconteceram foram relatados a quem de direito, no estado de direito em que vivemos. Quanto aos carros da Câmara continuarem estacionados em locais públicos, parece-lhe que tal não é proibido. Sobre o novo quartel da GNR, estamos então esclarecidos que o que tem acontecido em Alpiarça se deve à inexistência de pressão do Presidente da Câmara para que haja um novo quartel. Quanto ao pedido para o Presidente da Câmara diligenciar reunião junto do MAI com todas as forças da oposição, informou que não o irá fazer.

Intervenção do membro João Osório em defesa da honra, disse que mencionou o facto do carro estar estacionado na rua, pois vive-se um clima de insegurança. E quanto ao novo quartel da GNR pensa que melhores meios materiais e humanos só trarão benefícios.

O Senhor Presidente da Câmara volta a intervir para mencionar que o tema é de alarmismo e não de falta de segurança. E reafirmou que todo o Executivo assim como a Presidente da mesa têm conhecimento de todas as diligências tomadas.

A Presidente da mesa disse que ia colocar as três moções à votação em alternância.

O membro José Miguel Carvalho voltou a referir que as moções devem ser votadas individualmente.

A Presidente da mesa pôs à consideração dos eleitos se deveriam as moções ser votadas em alternância ou não.

O membro José Miguel Carvalho volta a insistir que se as moções não foram retiradas, então tem que ser votadas.

A Presidente da mesa pergunta quem pretende que as moções sejam votadas separadamente.

A membro Anabela Costa interveio também para dizer que as moções tem que ser votadas separadamente.

O membro João de Brito também interveio para dizer que as moções devem ser votadas em separado.

O membro José Miguel Carvalho diz que a Presidente da mesa está a insistir na votação alternada das moções, pois neste caso só passará a moção apresentada pelo PS.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo explicando que quando propuseram que a votação fosse em alternância pretendiam que saísse da Assembleia uma moção única, uma vez que isso não irá acontecer, então retiramos a sugestão de tínhamos feito e propomos que se vote uma a uma.

A Presidente da mesa coloca então as moções à votação, separadamente.

Colocou à votação a moção apresentada pela bancada do PSD, que foi aprovada por maioria com 8 votos a favor, 7 votos contra e 1 abstenção.

A moção apresentada pelas bancadas da CDU e do PSD, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor , 7 votos contra e 1 abstenção.

A moção apresentada pelo PS foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 3 abstenções.

O membro João Osório apresentou declaração de voto dizendo que votou a favor a moção do PS só porque condena os actos de vandalismo.

A presidente da mesa informou que era meia noite e perguntou se queriam fazer ou não a apreciação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Todos os eleitos concordaram em apreciar este regulamento.

A Presidente da mesa explicou que esta Comissão de Segurança ainda não está a funcionar, pois segundo parecer jurídico, o regulamento tem que ser primeiro aprovado na Assembleia e só depois é que vai ser entregue ao Senhor Presidente da Câmara, que posteriormente vai convocar uma primeira reunião deste Conselho, só depois disso é que o mesmo virá de novo à Assembleia para discussão e votação em definitivo.

O membro Celestino Brasileiro propôs que no artº 2 se transcreva os objectivos definidos no artº 3 da lei 33/98, de 18 de Julho.

O membro Paulo Espirito Santo concorda que se transcreva os objectivos, mas que se faça referência ao artº 3 da lei 33/98, de 18 de Julho.

A presidente da mesa colocou à votação o regulamento com esta alteração, que foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Não houve inscrições para o período de intervenção do público.

Passou-se à leitura da minuta da acta. A minuta da acta foi aprovada por unanimidade, pelos presentes

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente: _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____